

BREVE HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE PAJEÚ DAS FLORES - PE: A MÃE DOS SERTÕES**BRIEF HISTORY OF THE MUNICIPALITY OF PAJEÚ DAS FLORES - PE: THE MOTHER OF THE HILLS**José Adelmo Alves Barbosa¹ Robson Aparecido da Costa Silva²**RESUMO**

Para além de mãe do Pajeú, Flores é a mãe dos sertões. Esse território foi nomeado como Pajeú de Flores por Domingos Afonso Sertão, fidalgo português, ainda no século XVII. Os registros históricos acerca deste contexto ainda apontam a importância que Flores exerceu nos sertões de Pernambuco, Bahia, Paraíba, Ceará, Piauí e Maranhão como terra de passagens de boiadas com destino às cidades de Olinda e Salvador, assim como a origem de tribos indígenas. Tendo em vista esses fatos, este artigo objetiva fazer um relato de forma abreviada da história do município de Flores, no sertão de Pernambuco, trazendo informações desde a colonização no final do século XVI até os dias atuais; e considerando fatores históricos, geográficos, geopolíticos, econômicos, sociais e culturais deste primeiro território pajeusense a formar a bacia hidrográfica do rio Pajeú, afluente do São Francisco. O texto é amparado criticamente no método histórico e em dados bibliográficos, como artigos, dissertações e teses capturadas nas plataformas da SciELO e Google Acadêmico, além de outras produções documentais do IBGE e registros históricos de cunho físico que abordam o tema

Palavras-chave: Mãe dos sertões. Flores. Contexto histórico.

ABSTRACT

In addition to being the mother of Pajeú, Flores is the mother of the hinterlands. This territory was named as Pajeú de Flores by Domingos Afonso Sertão, a Portuguese nobleman, in the 17th century. Historical records about this context also point to the importance that Flores played in the hinterland of Pernambuco, Bahia, Paraíba, Ceará, Piauí and Maranhão as a land for cattle crossings to the cities of Olinda and Salvador, as well as the origin of indigenous tribes. In view of these facts, this article aims to make an abbreviated account of the history of the municipality of Flores, in the hinterland of Pernambuco, bringing information from colonization at the end of the 16th century to the present day; and considering historical, geographic, geopolitical, economic, social and cultural factors of this first Pajeus territory to form the hydrographic basin of the Pajeú river, a tributary of the São Francisco. The text is critically supported by the historical method and bibliographic data, such as articles, dissertations and theses captured on the platforms of SciELO and Google Scholar, in addition to other documentary productions by the IBGE and historical records of a physical nature that address the theme.

Keywords: Mother of the hinterlands. Flowers. Historical context.

Data de recebimento: 10/06/2022.

Aceito para publicação: 28/11/2022.

1 INTRODUÇÃO

Muito se indaga sobre o município de Flores – PE. Entre as indagações mais frequentes estão: Por que o nome Flores? Quando foi fundada a cidade? Quem fundou? Quais municípios fizeram parte desse território? Por que outras cidades que fizeram parte do seu território como Serra Talhada e Afogados da Ingazeira cresceram e Flores continuou sem desenvolvimento expressivo?

¹ Professor de Língua Portuguesa e Humanidades. Licenciado em Letras pela Faculdade de Formação de Professores de Serra Talhada (FAFOPST). Docente da Escola de Referência em Ensino Médio Aires Gama (EREM-AG). Pesquisador da história do Pajeú das Flores, Mãe dos Sertões. E-mail: alvesbrk@gmail.com.

² Mestre em Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas (IP-UFAL). Conselheiro do XVII Plenário do Conselho Regional de Psicologia de Pernambuco (CDH CRPPE), integrante do DADÁ: Grupo de Pesquisa em Relações de Gênero, Sexualidade e Saúde da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UFRPE/UAST, desde 2017) e do EDIS: Grupo de Estudos em Diversidades e Política da Universidade Federal de Alagoas (UFAL, desde 2020). E-mail: robsoncostapsic@gmail.com.

Para começar a refletir sobre esses questionamentos, cumpre dizer inicialmente, que o acesso a documentos públicos e privados sobre a história desse município do Sertão Pernambucano ainda é incipiente e muito do que se sabe sobre ele advém de buscas realizadas na internet, principalmente nos sites da prefeitura municipal da cidade ou do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Além disso, nenhum desses locais de busca dá a dimensão real e coerente, enquanto respostas para todas essas indagações, sendo que muitas informações fazem gerar mais dúvidas quanto à origem e formação do Município mais antigo do sertão pernambucano.

Verdade seja dita, a história dos municípios sertanejos esbarra em uma série de idas e voltas causadas por disputas políticas, principalmente no século XIX, durante o período monárquico, quando Liberais e Conservadores disputavam o domínio do espaço territorial da região. Nesse aspecto, o livro *Um Sertanejo e o Sertão* de Ulisses Lins de Albuquerque, publicado em 1957 e reeditado por diversas vezes, traz dados importantes do que foi o domínio dos barões do Sertão e como era a divisão dos domínios políticos territoriais. Nas palavras do autor:

Os chefes municipais são considerados, nas apreciações precipitadas de muitos, como detestáveis condutores de um eleitorado que se chama *cabresto* [...], usando e abusando do seu prestígio simplesmente pelo gozo do poder – do mandonismo, enfim. Quase sempre aquela liderança lhes vem naturalmente, por aclamação espontânea, especialmente daquela massa rural desamparada e fraca, ansiando por aglutinar-se em torno de uma ‘árvore que dê sombra’ – na expressão daqueles ‘seres quase subumanos’ que ali viviam ao deus-dará (ALBUQUERQUE, 1989, p. 106).

Ainda no sentido de corroboração com o exposto, as dissertações de mestrado em História, pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), sob o título: *Os índios nos Vales do Pajeú e São Francisco: historiografia, legislação, política indigenista e os povos indígenas no Sertão de Pernambuco*, de autoria de Carlos Fernando dos Santos Júnior (2015); e *Pereiras e Carvalhos: uma história da espacialização das relações de poder (Serra Talhada - PE)*, escrita por Cristiano Emerson de Carvalho Soares (2015); além da tese de doutorado em História pela UFPE: *O egoísmo, a degradante vingança e o espírito de partido: a história do predomínio liberal ao movimento regressista (Pernambuco, 1834 – 1837)*, de Manoel Nunes Cavalcanti Júnior (2015), coadunam integralmente sobre o que fala o *Último Baraúna*³, acerca das contendidas sertanejas que iam e voltavam, criando problemas que contribuiriam futuramente para as atuais gerações terem a dificuldades de compreender como os seus municípios foram criados; qual a verdadeira data de suas emancipações e quem foram seus respectivos fundadores.

No caso de Flores, não foi diferente. Mesmo porque é a cidade considerada Mãe dos Sertões, tanto pelas pessoas que habitam esse território pajeusense na contemporaneidade, como também pelo fato de ter sido o principal aldeamento dos territórios sertanejos desde o final do século XVI. Formado a partir da miscigenação entre nativos (índios), europeus (brancos) e africanos (negros), os dois primeiros com maior ênfase, dada sua maior presença nesse território que hoje forma toda a bacia hidrográfica do Pajeú, parte dos sertões de Petrolina, Petrolândia, Salgueiro, o misto de território agreste-sertanejo de Cimbres (Pesqueira) e Garanhuns, e que durante o século XIX tiveram sua administração no município de Flores.

Desse modo, nos deparamos com a seguinte problemática de pesquisa: Que informações, desde a colonização até os dias atuais, são de fundamental importância para narrar a história do município de Flores, levando em consideração os principais conflitos e

³ Termo utilizado por Francisco de Assis Barbosa, no prefácio do Livro: *Um sertanejo e o sertão* (conferir dados completos desse livro nas Referências).

divergências envoltas na sua fundação e nomeação territorial? Sendo assim, este artigo objetiva fazer um relato de forma abreviada da história do município de Flores, no sertão de Pernambuco, trazendo informações desde a sua colonização no final do século XVI até os dias atuais; considerando fatores históricos, geográficos, geopolíticos, econômicos, sociais e culturais.

Para tal, nos embasamos tanto em fontes primárias quanto no método histórico, que segundo o pesquisador Goldman (1994), possui enquanto premissa a crença na história enquanto fenômeno científico e disciplina que é capaz de explicar acontecimentos e estruturas dentre as organizações e a sociedade propriamente dita. Além de promover o resgate de aspectos interculturais e históricos que possam direcionar futuros estudos, em oposição a tendência metodológica que ruma para excluir o passado e/ou desconsiderar o contexto das teorias (SAUERBRONN; ALEXANDRE FARIA, 2006). Portanto, a seguir, apresentamos os resultados encontrados, nesse estudo, a partir de 7 categorias que refletem brevemente a história de Pajeú das Flores (Flores – PE).

2 DADOS GEOGRÁFICOS, LOCALIZAÇÃO E LIMITES ATUAIS DO MUNICÍPIO

O município de Flores – PE está localizado na mesorregião do sertão pernambucano, microrregião do Pajeú. Politicamente, faz parte das regiões intermediária e imediata de Serra Talhada – PE, respectivamente, de acordo com a divisão regional feita pelo governo de Pernambuco, seguindo as definições do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) (IBGE, 2020). Também de acordo com o IBGE (2022), sua área territorial é de 995,558 km², sua população estimada em 2022 é de 22.612 habitantes e fica a 341.08 km de distância de Recife, capital pernambucana.

Geograficamente, Flores faz fronteira com os seguintes municípios, seguindo a lógica da Rosa dos Ventos, e uma escala progressiva no sentido horário: Norte – Triunfo (PE) e Princesa Isabel (PB); Nordeste: Quixaba (PE) e Carnaíba (PE); Leste: Carnaíba (PE); Sudeste: Custódia (PE); Sul: Custódia e Betânia (PE); Sudoeste: Betânia e Calumbi (PE); Oeste: Calumbi; Noroeste: Triunfo. À exceção de Princesa Isabel que pertence ao estado da Paraíba, todos os demais municípios já pertenceram ao território de Flores, sendo que Calumbi, Triunfo, Carnaíba e parte do território de Custódia foram desmembrados diretamente, enquanto os municípios de Quixaba e Betânia foram posteriormente desmembrados dos territórios de Carnaíba e Custódia, respectivamente (IBGE, 2021).

2.1 OCUPAÇÃO E COLONIZAÇÃO: DOMÍNIO DA CASA DA TORRE DA BAHIA

A história da colonização de Flores se confunde com a própria história da colonização brasileira. De acordo com Belarmino de Souza Neto, o território florense recebeu os primeiros habitantes europeus, vindos de Portugal, ainda no século XVI, por volta do ano de 1580 (SOUZA NETO, 2004). Eles adentraram o território a partir da foz do Rio Pajeú, considerado o maior afluente em extensão territorial do Rio São Francisco, na região onde é atualmente o município de Floresta, e o subiram, parando em uma região montanhosa, onde hoje está assentada a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição em Flores, antiga igreja de Nossa Senhora do Rosário construída por negros escravizados no período colonial (SOUZA NETO, 2004; SANTOS JÚNIOR, 2015).

Assim como todos os sertões nordestinos, o território que compreende atualmente toda a bacia hidrográfica do Rio Pajeú pertenceu aos domínios de Flores, bem como parte dos territórios das bacias do São Francisco, notadamente na região de Floresta e Petrolina, e do Moxotó, nas regiões de Custódia e parte de Betânia. Porém, muitos territórios sertanejos tiveram em Flores, sua base de decisões, principalmente as jurídicas, após a

criação da Comarca do Sertão e sua consequente instalação na cidade de Flores no ano de 1810 (SOUZA NETO, 1999; 2004; CAVALCANTI JÚNIOR, 2015; SANTOS JÚNIOR, 2015).

Os escritos de Capistrano de Abreu abordam a expansão territorial a partir da entrada dos colonizadores através dos rios, sendo que “à medida que o gado avançou pelo São Francisco, abriu novos caminhos de penetração, nos quais eram descobertos rios e outros locais que serviram como pastos e descanso para as boiadas e para as gentes” (ABREU, 1988, p. 172). Entende-se, portanto, que foi essa penetração portuguesa vinda da Casa da Torre da Bahia que povoou o território, juntamente com a miscigenação de etnias formada também por índios e povos africanos, visto que os nativos já habitavam a região e os africanos vieram como escravizados pelos brancos europeus.

A colonização deu-se com a finalidade de povoar o sertão e civilizar os índios ao modo português, além de transformar a terra em ambiente propício ao criatório de gado. É o que afirmam Arraes (2012) e Santos Júnior (2015), quando dizem que o território nordestino foi ocupado pelos colonizadores do século XVI ao XIX, tendo se tornado um local de aporte e de criatório de gado, mediado com o plantio de lavouras de adaptação fácil ao clima sertanejo, tendo como base o algodão para a produção de sacos e roupas que iam em grande parte para os engenhos de açúcar da região litorânea, especificamente Olinda, e outra parte para a região de Salvador.

Esse processo de colonização ocorreu com a proposta dos monarcas portugueses de ocupar os sertões, territórios que significam, terra longe do litoral (SANTOS JÚNIOR, 2015). Essa ocupação ocorreu entre o final do século XVI e início do XVII, tendo como caminho o curso do Pajeú e seus tributários, notadamente o Riacho do Navio – que atualmente banha os municípios de Betânia e Floresta –, e como base, a região onde hoje está instalada a área urbana da cidade de Flores. De acordo com Santos Júnior (2015, p. 33), “a contribuição dos portugueses foi o surgimento e o desenvolvimento dos núcleos urbanos e habitacionais (vilas, povoados, fazendas e aldeamentos). Também foram os responsáveis por abrir os caminhos e ensinar os ‘roteiros’ de ocupação no interior do Brasil”.

2.2 ORIGEM E TOPONÍMIA DO NOME DE FLORES

Quanto à denominação do nome de Flores, existem duas versões, sendo que Belarmino de Souza Neto denomina uma como lenda e a outra como provável história de fato. Segundo esse autor, ao chegarem os portugueses vindos da Casa da Torre da Bahia, pertencente a Garcia d’Ávila, um donatário que dominou parte dos sertões da Bahia e Maranhão, além de todos os sertões de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Piauí, encontraram em festa os índios tapuias, já habitando o alto das flores, denominação dada posteriormente (SOUZA NETO, 1999).

A partir da existência de duas belas moças, de nome *Aracê* ou *Araci*, que significa o *amanhecer do dia*, a *aurora* e *Moema* que significa *exaurida*, *tarde*, *mentira* (DICIONÁRIO TUPI-GUARANI, 2021), que foram adotadas pelos índios tapuias existentes na região, teria surgido o nome Flores, visto que essas moças cultivavam flores nativas nas margens do Pajeú e teriam adquirido o nome de “moças flores”, originando-se daí o nome do município. Essa definição, porém, não passa de um “inegável fascínio contido nessas lendas que tentam explicar as origens de Flores e do seu bonito nome” (SOUZA NETO, 1999, p. 21).

Ao mencionar Pereira da Costa, (1982), Souza Neto (2004, p. 33), “diz que a versão preferencialmente aceitável é ‘a que se prende à existência de uma fazenda de gado [...], conhecida por fazenda dos Flores, apelido da família dos seus primeiros proprietários e depois por Pajeú de Flores, por ficar à margem direita do rio daquele nome”. Já em 1756, havia uma propriedade com o mesmo nome e no mesmo local pertencente à Casa da Torre da Bahia, com o nome de “Sítio dos Flores” (SOUZA NETO, 2004). Essa definição encontra

respaldo nas palavras de Martins e Ribeiro, escritas na Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco do ano de 1935, porém, com a nomenclatura que muitos florenses usam atualmente, mas não têm a dimensão de porque o seja. Nas palavras dos escritores:

Segundo Euclides de Cunha a primeira viagem de Domingos Afonso Sertão ao Arraial do Pajeú, teria sido entre 1660 e 1670, há todavia em Flores, documentação que prova ter sido a primeira fazenda aí montada nos idos de 1650, época em que o grande sertanista da Casa da Torre batizara essa ex-aldeia⁴ com o belíssimo nome de **Pajeú das Flores** (MELO; CAMPELO; FIGUEREDO, 1935, p. 177. Grifo nosso).

Dessa forma, compreende-se que, embora existam as duas versões para o nome e a toponímia do lugar em debate, a mais fidedigna e coerente, com base em dados históricos e pelos documentos que atestam haver neste local, onde está assentada a área urbana da Mãe dos Sertões, é a que faz referência à fazenda e sítio com o nome “Flores”. De origem determinada como uma sesmaria pertencente à Casa da Torre da Bahia e dominada por uma família com o mesmo nome. Porém, outro fato se soma ao já explicitado sobre este nome Pajeú das Flores, a partir dos escritos de Ribeiro e Martins (MELO; CAMPELO; FIGUEREDO, 1935), ao afirmarem que o nome Flores foi dado por um fidalgo português oriundo da Casa da Torre da Bahia.

Vale ainda salientar que o nome atual do município de Flores é, portanto, uma redução daquele que poderia de fato ser o nome oficial do município: Pajeú das Flores, uma nomenclatura que converge para todas as informações que foram escritas e, posteriormente, colhidas nos documentos que foram produzidos ao longo do tempo. Infelizmente, as mudanças feitas “ao sabor das emoções do momento” (SOUZA NETO, 1999, p. 23), omitiram das gerações atuais o verdadeiro nome do território mais antigo dos sertões de fora: Pajeú das Flores.

2.3 DOMÍNIO SERTANEJO E MOTIVAÇÃO PARA A CRIAÇÃO DO TERRITÓRIO DA MÃE DOS SERTÕES

O território florense ocupou toda a bacia do Pajeú e teve influência também nas atuais regiões do Moxotó até as divisas de Pesqueira e Garanhuns, bem como o atual Sertão de Petrolina, como Comarca do Sertão (CAVALCANTI JÚNIOR, 2015).

Quanto à data de elevação à condição de cidade, gera polêmica até os dias atuais. O que se comemora atualmente, diz respeito ao desmembramento da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Cabrobó, através de alvará do governador da província de Pernambuco – José César de Menezes. A data foi oficialmente legalizada durante o governo de Antônio Luiz de Albuquerque (1969-1973), como bem descreve sua filha, Maria de Lourdes Albuquerque Moraes (2013), no Livro *Reverência aos 100 anos de Antônio Luiz de Albuquerque*:

No governo de **Antônio Luiz**, a cidade passou a conhecer e comemorar a data de sua EMANCIPAÇÃO POLÍTICA MUNICIPAL por ter sido oficializada e considerada no calendário anual como dia feriado e festivo, **nunca dantes comemorado e respeitado: 11 de setembro!!** Muito embora, tenha sido retratada e dada a interpretação da data pela criação da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, fato que não tirou a beleza do ato, afinal, um município começa a histórica existência, quando, em primeiro acontecimento, a sua Paróquia já está edificada, é

⁴ O termo “aldeia” significa a construção de casas, principalmente para índios, num determinado lugar, em uma praça larga e que, ao centro, deveria ter algum prédio administrativo do governo (casa de câmara) ou da igreja. As cidades de Flores e Triunfo foram formadas a partir desses aldeamentos (SANTOS JÚNIOR, 2015).

em torno delas que os povoados, vilas, cidades vão evoluindo (MORAES, 2013, p. 110-111, grifos da autora).

Ao justificar a decisão de Antônio Luiz de oficializar o dia 11 de setembro como sendo a verdadeira data de emancipação política de Flores, em referência à criação da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, ocorrida em 11 de setembro de 1783, Maria de Lourdes Albuquerque Moraes faz um comentário na segunda metade do texto supracitado, de que as cidades evoluíram após a construção das igrejas e da conseqüente criação das freguesias (MORAES, 2013). Tal comentário da então professora aposentada, encontra ecos na afirmativa de Raphael Bluteau que “definiu a freguesia como igreja paroquial. O lugar da cidade ou do campo onde vivem os fregueses” (BLUTEAU, 2011, *apud* ARRAES, 2012, p. 233). De acordo com Murilo Marx, este é um termo de estabilidade e denota fixação. “Esta (fixação) seria outro **contributo das paróquias** no fenômeno urbano. O de **povoar pequenos núcleos que almejavam a autonomia municipal de vilas**” (MARX, 1991, p. 18 *apud* ARRAES, 2012, p. 233, grifos nossos).

É tácito afirmar ainda que o território de Flores foi realmente desmembrado da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Cabrobó, uma vez que aquela freguesia (Cabrobó) foi “a primeira paróquia do interior da capitania de Pernambuco. Erigida por volta de 1675, [...] abrangia um termo de mais de quatrocentas léguas de Norte, Oeste e Sul” (ARRAES, 2012, p. 236).

Ainda sobre as dimensões do território da freguesia de Cabrobó, atesta Barbosa Lima Sobrinho, ao discorrer sobre a criação da freguesia de Ararobá – (Cimbres ou Simbres) e onde hoje está assentado o município de Pesqueira –, foi criada em 1692 por D. Francisco de Lima, Bispo do padroado de Pernambuco, com sede em Olinda, como “um itinerário de boiadas que partiam do litoral pernambucano” (SOBRINHO, 1978, *apud* ARRAES, 2012, p. 239). “Essa freguesia, Cimbres, é dilatada que tem de comprimento 70 léguas, [...] **donde acaba a freguesia, começa a de Cabrobó**” (SOBRINHO, 1978, p. 35, grifos nossos).

A excelente e importante menção de Barbosa Lima Sobrinho atesta o pertencimento e conseqüente desmembramento de Flores da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Cabrobó, de quem herdou, além de parte do território, o nome da padroeira, em 11 de setembro de 1783. Sendo essa, portanto, a data comemorada atualmente como emancipação política do município de Flores – PE. Ainda sobre a questão das freguesias e sua importância civil no período do Brasil colônia de Portugal, Cavalcanti Júnior (2015, p. 38-39) diz:

Freguesia ou paróquia era o lugar onde vivia uma certa população ligada a uma igreja e limitada por um território. O pároco da igreja, por sua vez, tinha sob sua responsabilidade estas pessoas a quem seriam chamadas de “fregueses” ou “paroquianos”. Embora de cunho eclesiástico, as freguesias acabavam por dividir o município politicamente. Elas eram ao mesmo tempo uma unidade eclesiástica e uma unidade eleitoral.

Atualmente, a data supra, é questionada por historiadores e pesquisadores que se debruçam sobre a história de Flores, por entenderem ser a comemoração de emancipação em 15 de janeiro de 1810, por ter sido a data que D. João VI, então Rei de Portugal e residindo no Rio de Janeiro, publicou Alvará Régio criando a Comarca do Sertão e instalando-a na Vila de Flores com a finalidade de expandir o surgimento de novas fazendas de gado, povoamento do interior, abertura de estradas para o transporte de pessoas, mercadoria e gado de Pernambuco para o Ceará, Piauí e Maranhão e o florescimento de novas povoações (SANTOS JÚNIOR, 2015).

Entende-se, contudo, que o desmembramento do território florense e a conseqüente criação da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, ambas com origem no domínio de

Cabrobó, dão a certeza de que a data de 11 de setembro de 1783, conseqüentemente homologada na gestão do Prefeito Antônio Luiz de Albuquerque, é a que mais se aproxima da verdadeira emancipação política de Flores, em função das informações que a atestam. O Alvará de D. João VI, então Rei de Portugal, do qual o Brasil ainda era colônia, menciona a criação da Comarca do Sertão e sua conseqüente instalação na vila de Flores (SOUZA NETO, 1999), ou seja, Flores já era vila, sendo então instalada a Comarca para os cuidados jurídicos que a vasta região prescindia.

Embora haja sugestões de pesquisadores e historiadores de comemorar a data de aniversário em 15 de janeiro, alguns documentos analisados, de autores como Santos Júnior (2015) e Melo, Campelo e Figueredo (1935), apontam para a criação da Vila de Flores em 1767, quando teria sido elevada à essa categoria, por alvará de Castor de Caldas, então presidente da Província de Pernambuco, por contar este com mais de 150 fogos (vizinhos/casa), e ratificado em 1805 por decreto oficial de Caetano Pinto de Miranda Montenegro, presidente da mesma Província naquele ano. Isso significava pelas leis portuguesas, o equivalente ao município atual. A decisão de elevar Flores à categoria de vila, considerando a quantidade de moradores (almas) e residências (fogos) cumpria o que determinava a política de Sebastião José de Carvalho Melo – o Marquês de Pombal –, durante o reinado de D. José I, entre 1750 e 1777 (ARRAES, 2012; SANTOS JÚNIOR, 2015).

Constatadas essas dúvidas, e considerando o que escreve Cavalcanti Júnior (2015), sobre a finalidade das freguesias no Brasil-colônia, ainda sob o domínio de Portugal, a data de 11 de setembro de 1783 é a que mais se aproxima da real data de emancipação política de Flores. Se outra fosse considerada que não essa, como consta na lei criada por Antônio Luiz de Albuquerque em 1969 (MORAES, 2013), esta deveria ser, e com maior justiça, o ano de 1767 (MELO; CAMPELO; FIGUEREDO, 1935).

Uma data que não encontra respaldo histórico é 3 de agosto de 1893, que se comemora nos dias atuais como emancipação política. Não existe legislação que garanta essa data como emancipatória de Flores. Os documentos elaborados, mesmo por pesquisadores conceituados como Belarmino de Souza Neto, não trazem nenhuma importância sobre essa data, exceto pela criação da Lei Orgânica de Pernambuco que transformou os antigos territórios do Império brasileiro, neste Estado, em municípios, porém, é uma data considerada genérica, ou seja, para todos os municípios já existentes na antiga província de Pernambuco (SOUZA NETO, 1999; 2004).

Ainda sobre a instalação da Comarca do Sertão, de acordo com Santos Júnior (2015), esta foi criada também com a finalidade de combater os índios bravios, acabar rebeliões e evitar salteadores das vilas. Sabe-se, portanto, que essa região, mais precisamente na Baixa Verde, atual Triunfo, assim como as regiões da Serra Negra no atual município de Tacaratu e a Serra dos Padres, no atual município de Carnaubeira da Penha, eram habitadas, mesmo com a presença do homem branco europeu, por índios tapuias das ramificações Pipipã, Chocó, Omaris (Umãs) e Caracu (SANTOS JÚNIOR, 2015).

2.4 DOMÍNIO POLÍTICO E PERDAS DE TERRITÓRIO DA MÃE DOS SERTÕES

Politicamente, o município de Flores sempre enfrentou problemas. Principalmente durante o século XIX, quando as decisões passaram a ser mais contundentes. As contendas existentes entre Conservadores, tendo à frente a Família Pereira da atual Serra Talhada, e os Liberais, de Francisco Barbosa Nogueira Paz, disputavam o poder em Flores desde o início daquele século até a tomada do território e a forçada extinção da Comarca do Sertão, de Flores, transferindo-a para Serra Talhada, então criada comarca e denominada Comarca da Vila Bela (SOARES, 2015). Essas contendas políticas deixaram um saldo de prejuízo histórico-político para Flores, incluindo a própria morte de forma

trágica de Nogueira Paz (SOUZA NETO, 2004). A Comarca de Flores foi recriada em 1858, porém, já havia perdido os territórios de Floresta (1846), Serra Talhada (1851) e Ingazeira (1852) (SOUZA NETO, 2004).

Todas essas percas, com exceção de Floresta, ocorreram por conta das discórdias políticas envolvendo os Pereira, e seus aliados na região do Alto Pajeú, onde hoje estão localizados os municípios de Afogados da Ingazeira, Iguaraci, Solidão, Tabira, Ingazeira, São José do Egito, Tuparetama, Brejinho, Itapetim e Santa Terezinha. Na parte de baixo da sede municipal, as cidades de Serra Talhada, São José do Belmonte, Mirandiba, Carnaubeira da Penha e Floresta.

Ainda foram desmembrados do território florense: Triunfo (1870), Carnaíba (1953) e Calumbi (1963). Do território de Carnaíba foi desmembrado o território de Quixaba e do território de Triunfo, foi desmembrada Santa Cruz da Baixa Verde, ambos em 1991 (IBGE, 2021). Flores ainda perdeu território para Custódia (1928), posteriormente o município de Betânia foi desmembrado de Custódia (1962), em território que antes pertencia a Flores (IBGE, 2021).

2.5 A NECESSIDADE ATUAL DE VIVER E PRESERVAR A HISTÓRIA DE PAJEÚ DAS FLORES

A criação de um museu municipal com centro histórico e investigativo autônomo em Flores urge. Este se faz necessário para contar a vastíssima história do município berço do Pajeú e considerado como Mãe dos Sertões, por sua ampla influência até o ano de 1964, quando da última emancipação de parte do seu território, com o desmembramento de Calumbi (IBGE, 2022), tanto do que hoje compreende o atual município quanto como daqueles que dele foram desmembrados. Sobretudo, e para muito além da Rua Grande⁵, um museu e centro verdadeiramente municipal, para expor exemplares como o processo que foi movido contra o diabo na Comarca local, o massacre da Serra Negra que dizimou o lendário político Francisco Barbosa Nogueira Paz (SOUZA NETO, 1999), bem como a história da Pedra do Reino, na terceira década do século XIX, relatada em uma literatura histórico-romântica por Ariano Suassuna em *O Romance da Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue do Vai e Volta*, publicado em 1971, também mencionado por Belarmino de Souza Neto em *Flores do Pajeú*. Ou o vasto acervo de livros e de discursos proferidos por Monsenhor Pinto de Campos no Congresso Nacional à época do Império ou na Universidade de Coimbra – Portugal (CAMPOS, 1999). Além de fatos ocorridos do alvorecer ao entardecer dos quatro séculos que compõem a historiologia e historiografia da Velha Urbe Sertaneja⁶. Tal como documentos oficiais da esfera municipal, sobretudo da Prefeitura, além de muitos outros arquivos.

Em seu livro-reportagem, *Narradores Nordestinos*, a jornalista Caren Diniz, faz um relato sobre a passagem de Lampião pelo município de Flores e sua estada na casa de José Josino de Góes, no atual povoado de São João dos Leites. Em visita àquela localidade, a escritora teve contato com uma nora de José Josino, chamada dona Inês, que, segundo relata o livro, mantém preservada até onde pode a história e as marcas na casa do patriarca da família quando da passagem de Lampião por lá. Na entrevista concedida à escritora, dona Inês menciona a doação de móveis e utensílios que fizeram parte da história da fazenda, conforme relato a seguir: “A fazenda é vazia assim porque eu dei a maioria dos móveis. [...] vinham pesquisadores aqui, colecionadores, gente querendo levar para o

⁵ Atual Praça Dr. Santana Filho. Era como a referida Praça era chamada até a década de 1950. Oficialmente, o nome era Rua Floriano Peixoto, porém, após o assassinato do médico e prefeito de Flores, em pleno exercício do cargo, Dr. Manoel de Souza Santana Filho (Dr. Santana Filho), no dia 02 de novembro de 1952, a Câmara de Vereadores alterou o nome, homenageando-o (SOUZA NETO, 1999).

⁶ Título de poema feito em formato de Soneto pelo autor deste Artigo.

museu, e eu dava” (DINIZ, 2010, p. 39).

Ao realizar uma pesquisa de campo para seu trabalho de conclusão de curso de História, pela Faculdade de Formação de Professores de Serra Talhada - FAFOPST, onde constam entrevistas, fotos e visitas, sob o título *Vestígios históricos sobre as passagens do cangaço em Flores – Pernambuco* (SILVA, 2015) o professor de História e pesquisador da historiografia de Flores – PE, Fabiano Ferreira da Silva, descobriu vestígios importantes da passagem de Lampião pelo território de Flores, em localidades como o Sítio Melancia, cerca de 3 km da cidade no sentido oeste, além das regiões do São João dos Leites e de Sítio dos Nunes e do município de Carnaíba, quando esse pertencia a Flores (SILVA, 2015). Esses registros apontam para uma vasta história de moradores ou filhos e netos que ouviram seus pais e avós contarem sobre os momentos vividos por Lampião nas terras florenses. O documento também revela um vasto acervo de fotografias encontradas naqueles lugares por onde o Rei do Cangaço passou dentro das terras da Mãe dos Sertões.

Outros registros de fatos ocorridos no vasto município de Flores também são mencionados nos livros: *Carnaíba: a Pérola do Pajeú*, de Padre Frederico Bezerra Maciel (2019), e *Flores da minha infância: família, fatos, personagens, considerações*, de Aécio Flávio Viera Andrada (2011). Ambos relatam a existência de engenhos e moendas de cana para a produção de rapadura e mel na região de Carnaíba quando essa pertencia a Flores (Padre Frederico) e Saco dos Henriques (Aécio). Maquinário, casario antigo e outros apetrechos utilizados na moenda da cana são fartamente descritos por ambos e trazem uma necessidade de reproduzir maquetes, recuperar equipamentos e manter viva a história de uma Flores que já foi sinônimo da produção econômica de produtos agrícolas como rapadura, doces de leite e goiaba, além de produção têxtil a partir do algodão, assim como a produção de cordas de caroá, também retratados em *Flores do Pajeú* (SOUZA NETO, 1999) e *Um tempo em nossas vidas* de Mocinha Neto e Laura Rodrigues (NETO, 1993).

Chama a atenção a forma descrita por Aécio Flávio Vieira Andrada, no tópico *A moagem* (ANDRADA, 2011, p. 109), quando se refere ao engenho do seu bisavô, Zé Caboclo, posteriormente do seu avô, Antônio Caboclo, aproximando o texto com o que foi retratado por José Américo de Almeida em *A bagaceira*, assim como por José Lins do Rego em *Menino de Engenho e Fogo Morto*:

A moagem durava dois meses. Era moída a cana própria e a dos vizinhos, e neste caso, a metade da rapadura produzida era do Saco⁷. Aquilo virava um pandemônio. As mulheres, chefiadas por d. Evira [...], trabalhavam noite e dia nos afazeres domésticos, pois havia que alimentar aquele exército de homens do corte da cana, dos cambiteiros ao pessoal do engenho, mão de obra especializada que sabia o ponto de cada tacho. [...] O engenho não parava. Mas o tempo é implacável. O Saco começou a declinar. Lentamente e imperceptivelmente, mas de modo inexorável. Nos anos 50 do século XX tivemos o auge do Saco e da produção de rapadura. Nós não sabíamos, mas a concorrência capitalista acentuou-se nos anos 60. [...] Com isso, a agropecuária do Sertão entrou em decadência, e junto com ela o Saco. Regiões mais produtivas do Ceará, de Alagoas e a própria zona da Mata de Pernambuco passaram a produzir rapadura melhor e mais barata. A combinação foi fatal (ANDRADA, 2011, p. 110-117, passim⁸).

Não é de se estranhar essa proximidade que o autor tem com a literatura regionalista nordestina dos anos 1930, uma vez que sua mãe – Stella Vieira – era professora de literatura e possuía uma biblioteca particular em casa, além de ser uma grande ‘devoradora’ de livros diversos, sobretudo os literários.

Engenhos de produção de rapadura, fábrica de algodão, fábricas de doce de leite e

⁷ O “Saco” é uma metáfora do Engenho ao qual o autor se refere, mas é também a localidade rural onde o mesmo funcionou: Sítio Saco dos Henriques.

⁸ Aqui e ali, em várias páginas, aleatoriamente (LEONARDO, 2012, p. 55).

goiaba, produção de corda de caroá existiram no município de Flores durante quase todo o século XX. Todos foram fechados, restando apenas fotos, prédios abandonados ou utilizados para outras finalidades, como a antiga fábrica de algodão da Anderson Clayton e Companhia Ltda. (ACCO-14⁹) que ficou popularmente conhecida como a “Americana” (SOUZA NETO, 2004). Outra quantidade de prédios antigos, fatos históricos, pinturas rupestres como as das Serra das Letras, do Icó, do Tamboril, e Riacho da Velha (área urbana do município) (SANTOS *et al.*, 2011) existem, mas precisam ser mapeados e catalogados, sendo que seus vestígios poderiam fazer parte de um museu da rica história da Mãe dos Sertões.

Em Flores existe um pequeno “museu” funcionando no andar térreo da prefeitura, antigo prédio da cadeia e casa de câmara da Comarca de Flores, construído por Pedro Pessoa de Siqueira Campos, entre as décadas 1870 e 1880 (século XIX) (CAMPOS, 1999); porém, além de ser incipiente, ainda não atende à demanda histórica e historiográfica municipal. Necessitando, assim, ser expandido e reorganizado com base em fatos históricos ao decorrer dos tempos e do entendimento sobre a instituição museológica. Além de possuir autonomia administrativa e cúria própria, composto inclusive por pesquisadores que se debruçam sobre a história da Mãe dos Sertões.

2.6 O MUNICÍPIO DE FLORES NA ATUALIDADE

Ao se referir a Flores no presente, Belarmino de Souza Neto a ver como uma cidade um tanto quanto decadente que dorme sobre o barranco do Pajeú, e que não é uma cidade progressista (SOUZA NETO, 1999); todavia, seja pelo interesse de seus habitantes ou pela própria circunstância dos tempos, tanto a sede quanto o vasto território rural, incluindo os distrito e povoados, têm sido objeto de desenvolvimento nos campos econômico, social e cultural.

Em sua tese de doutorado sobre os Sertões no Norte, Arraes (2017) menciona o território sertanejo, do qual Flores foi detentor de sua maior parcela, como uma terra de criação de gado, em grandes sesmarias, com fluxo de transporte desses animais para as cidades de Olinda (PE) e Salvador (BA), sendo essa a principal fonte econômica entre os séculos XVII e XIX. Já nos séculos XX e XXI, Flores passou a ter pontos comerciais de pequeno porte, assim como engenhos de cana para produção de rapadura e casas de farinha, Maciel (2019); Andrada (2011).

Por outro lado, tanto a cidade quanto os distritos de Sítio dos Nunes, Fátima tiveram pequenas fábricas de doce de leite e goiaba, como encontrado em Neto (1993) e Campos (1999). Já o povoado de São João dos Leites teve uma usina de produção de corda de caroá, Moraes (2013); Souza Neto (2004), além da fábrica de algodão Anderson Clayton e Companhia, popularmente conhecida como Americana, descrita por Souza Neto (1999; 2004) e Neto (1993).

2.6.1 Território

Nos dias atuais, o município de Flores é composto pelo distrito sede (primeiro distrito), pelos distritos de Sítio dos Nunes (segundo distrito) e Fátima (terceiro distrito), conforme consta na Lei Orgânica do Município de 1990 (FLORES, 2019); por sete povoados: São João dos Leites¹⁰, Tenório, Pereiros do Barracão, Saco do Romão, Santana

⁹ O número é referente à sequência de números da grande indústria de algodão que se instalou no interior do Nordeste, inclusive em Flores.

¹⁰ O povoado de São João dos Leites já tem porte e estrutura de distrito, considerando tanto o quantitativo populacional quanto fatores como iluminação elétrica, unidade básica da família, escolas e outros segmentos públicos e/ou particulares.

de Almas, Matolotagem e Caiçara dos Fernandes, além de outras 15 dezenas de localidades rurais.

Algumas dessas localidades já têm porte de povoado, tanto pela população local e formato de arruamento, quanto pela estrutura que já possuem, como: escolas, energia elétrica, pequenas lojas de comércio e serviços e templos religiosos de diversas denominações. É o caso dos Sítios: Caldeirão dos Bois, Olho d'Água das Letras e Pereiros do Saco. Além disso, o Sítio Olho d'Água das Letras, está localizado em um trecho de estrada asfaltada (PE 366) que liga a PE 337 à área urbana do distrito de Fátima, é local de turismo ecológico por causa da Serra da Letras, onde existem pinturas rupestres, provavelmente da Pré-História (SANTOS *et al.*, 2009), arruado e rede de água encanada pela Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA).

Acerca das pinturas rupestres existentes na região das Letras, assim como em outras localidades do município de Flores, foram feitos estudos entre os anos de 2009 e 2011 (SANTOS *et al.*, 2009; FERNADES *et al.*, 2011), em diversas regiões do município por acadêmicos da Universidade Federal de Campina Grande – PB (UFCG) e Faculdades de Integração de Patos (FIP), com formação em gestão pública, jornalismo, turismo, agronomia, geografia de sistemas entre outros. A partir dos referidos estudos concluíram que:

Embora existam vários outros sítios arqueológicos naquele município, no presente artigo científico somente são abordadas as manifestações rupestres encontradas no Riacho da Velha, no Rio Pajeú, no Riacho das Letras, na Serra do Tamboril, na Lagoa do Pinheiro, no Vale do Cafundó e nas Serras das Letras. Em todos esses sítios arqueológicos é possível encontrar depredações (SANTOS *et al.*, 2009, p. 3).

Os estudos abordados acima estão em locais espalhados por diversas regiões do município de Flores, sendo que o principal conjunto arqueológico está na região de Fátima: Riacho da Letras, Lagoa do Pinheiro, Vale do Cafundó e Serra das Letras; outros na região de Sítio dos Nunes: Sítio Tamboril e na área urbana da cidade: Riacho da Velha e Rio Pajeú.

A falta de conhecimento da população, associada ao desinteresse da gestão pública, faz com que o que poderia ser fonte de pesquisa, preservação ambiental e de recursos financeiros se torne um gigante esquecido e desconhecido pelas populações tanto local quanto de outras regiões. Algo que poderia ser protegido como patrimônio arqueológico, pelo poder público municipal, através da promoção de palestras, seminários e estudos feitos com a participação de órgãos como o IPHAN, IBAMA e Universidade Federal Rural de Pernambuco, destinadas à preservação e conservação desses espaços que estão dentro do território do município de Flores – PE (SANTOS *et al.*, 2009; FERNADES *et al.*, 2011).

2.6.2 Economia

Economicamente, Flores é um município onde 74% da população ainda reside ou trabalha na agricultura, sendo que a área territorial rural ocupa mais de 60% dos seus quase mil quilômetros quadrados (IBGE, 2020). Dessa forma, a agricultura de subsistência, com base no milho e no feijão, principalmente, são a base da economia local. Tem uma pecuária diversificada, com animais de grande, médio e pequeno porte (gado, caprinos, ovinos, suínos e galináceo); nas áreas urbanas, porém, já prevalecem o comércio e serviços bastante diversificados, como: mercados de pequeno porte, panificadoras, uma pequena fábrica de produção de doce de leite, lojas de móveis, eletrodomésticos e utensílios, lojas de material de construção e de implementos agrícolas, escritórios contábeis, entre outros.

Além disso, o município dispõe de algumas instituições financeiras e outros

segmentos dessa natureza que ajudam a fomentar o desenvolvimento econômico local, bem como uma agência do INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social), sendo que antes os moradores do município precisavam se deslocar para as cidades de Serra Talhada ou Afogados da Ingazeira para atendimento previdenciário. Também nos distritos de Sítio dos Nunes e Fátima já existem alguns postos de atendimento bancários; o que se faz de grande utilidade em decorrência da distância dessas localidades com relação a sede do município.

No setor de comunicação e tecnologia da informação, existe na cidade a agência dos Correios, implantada no início do século XX, quatro distribuidoras de serviços de internet, uma funcionando como matriz e as demais como filiais de outras cidades; e, uma emissora de rádio comunitária – FLORESCER – FM, criada como Associação Cultural FLORESCER – FM no dia 11 de setembro de 1998 e com o início da transmissão no dia 5 de dezembro de 1999, tendo sua liberação concedida pelo Ministério das Comunicações no ano 2010.

Estes mecanismos de TICs supramencionados contribuem significativamente para a difusão de informações entre pessoas dos espaços rurais e urbanos de Flores, como ajuda a romper com as antigas barreiras que isolavam o município dos demais acontecimentos do mundo. No entanto, todo o sistema de comunicação local ainda encontra dificuldade de se manter e contribuir de modo mais efetivo para o desenvolvimento da localidade, uma vez que, figura como coadjuvante no cenário da comunicação; além de sofrer os impactos da escassez de recursos tecnológicos de ponta e de maior coparticipação econômica do setor público.

2.6.3 Saúde, educação e sociedade civil organizada

Em termos de saúde, o município conta com uma unidade mista municipal e sete Unidades Básicas de Saúde da Família, assim distribuídas: Vila Nova e Alto Pedro de Souza, ambas na cidade; Matolotagem, Saco do Romão, Fátima, Sítio dos Nunes e São João dos Leites. Às quais juntas exercem um fundamental papel para a promoção, prevenção e recuperação da saúde da população florense através da oferta e acesso à saúde de modo gratuito e levando em consideração as diretrizes do Sistema Único (SUS).

Na área de educação, conta com três escolas da rede pública estadual de ensino, sendo uma de ensino médio integral e duas de ensino regular, 20 da rede municipal e duas da rede particular, além de uma creche pertencente à rede municipal. Também oferece cursos superiores, modalidade semipresencial, em várias áreas, com enfoque principal para pedagogia. No entanto, a maioria dos estudantes de ensino superior se deslocam para as cidades de Serra Talhada e Afogados da Ingazeira, além de Princesa Isabel – PB. Cumprindo salientar que esse acesso à educação, via de regra, contribui para reduzir os índices históricos de analfabetismo em Flores como também capacitar parte da população para o mercado de trabalho e construção de uma sociedade cidadã.

Quanto à sociedade civil organizada, o município conta com um Sindicato de Trabalhadores Rurais vinculado à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), uma cooperativa de crédito com interação solidária e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (COMDRESF), ao qual são vinculadas cerca de 40 associações de moradores e agricultores, entre outros segmentos. Essas movimentações sociais, por sua vez, buscam auxiliar a população florense na luta por direitos; na conviver com o semiárido, e nele rever práticas de criação e produção de bens voltados para a agricultura de subsistência; além de apoio técnico.

Em termos de religião, de acordo com os dados do IBGE (2021), aproximadamente, 70% da população local é ligada à Igreja Católica, tendo como parte a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, instalada freguesia no dia 11 de setembro de 1783 e transformada em paróquia em 1812. A Paróquia de Flores é parte da Diocese de Afogados da Ingazeira

– PE. À Paroquia estão vinculadas 42 capelas, distribuídas pelos distritos, povoados e localidades rurais, todas com prédios próprios, com destaque para a dimensão arquitetônica das capelas de São João Batista em Sítio dos Nunes e de Nossa Senhora de Fátima, em Fátima, assim como a capela de Senhora Santana, no povoado de Santana de Alma, construída no ano de 1927, conforme está cunhado na parede frontal daquele edifício. Conta ainda com diversas denominações religiosas, com destaque para a Igreja Assembleia de Deus de Belém do Pará e a Primeira Igreja Batista em Flores, ambas com imponentes edificações, porém sem seguir um estilo arquitetônico específico.

O último Censo do IBGE, realizado no ano de 2010, indica a existência dos seguintes segmentos religiosos no município: sem religião, Católico Apostólico Brasileiro, Católico Apostólico Romano, Espírita, Evangélicos e Testemunha de Jeová (IBGE, 2010), não há menção a outros segmentos religiosos, como as religiões de origem africanas, por exemplo; muito embora tais práticas existam no ideário psicossocial do Pajeú e se mesquem com as cristãs, assim como seus adeptos e praticantes enfrentam muitos preconceitos e discriminações sociais.

Já nos documentos pesquisados, Souza Neto (1999; 2004) e Arraes (2012), mencionam a construção de uma capela dedicada a Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, na segunda metade do século XVIII, e que, posteriormente, foi reconstruída e transformada na atual matriz de Flores, dedicada a Nossa Senhora da Conceição, porém, não há nenhuma alusão à forma como aquela capela teria sido construída pelos negros/africanos.

2.6.4 Cultura, esporte e lazer

Atualmente o município de Flores conta com diversas atividades nas áreas de cultura, esporte e lazer. Atividades esportivas, sobretudo, no futebol e futsal são comuns tanto na cidade quanto na zona rural. É comum também a realização de pegadas de boi no mato e vaquejadas nos parques de vaquejadas que existem em diversas localidades rurais, com destaque para as vaquejadas do Sítio Ramalho e de Sítio dos Nunes. Em âmbito geral, a Festa das Rosas, as festividades de junho, a comemoração do aniversário da cidade no dia 11 de setembro e da Padroeira entre os dias 29 de novembro e 8 de dezembro movimentam o circuito cultural. Outras festividades menores também são realizadas nas comunidades rurais, tais como festas de padroeiros locais e shows de forró. Toda essa cultura vem de muitos anos e são descritas em Neto (1993), Maciel (2019), Andrada (2011) e Campos (1999), fazendo parte da história cultural de Flores no passado e no presente. Assim como, ajudando a promover o acesso à cultura e promoção da cidadania entre as pessoas deste contexto interiorano.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Qualquer pesquisador que se debruce sobre a história do município de Flores irá encontrar dificuldades para definir alguns fatos e a consequente construção de como foi tecida a história dessa parte do Nordeste brasileiro. As dificuldades existentes falam especificamente da falta de um acervo organizado e sistematizado para uma definição fidedigna dos fenômenos que aqui ocorreram ao longo de quatro séculos de história. Questões como o domínio político, administrativo, religioso e jurídico, assim como a definição exata de uma data de emancipação política; a qual ainda gera dúvidas que desafiam pesquisadores sobre essa temática.

Nesse artigo, procurou-se apontar fatos que levam a novos vestígios desses elementos elencando anteriormente. No entanto, consegue-se apresentar aqui novas alternativas de busca em outros documentos que não estão no cânone literário que a maioria das pessoas, inclusive pesquisadores, têm de acesso à história do principal

município do interior de Pernambuco, entre o final do século XVI e início do XXI.

Chega-se, contudo, nesta pesquisa a duas importantes definições. A primeira é que o território de Flores foi desmembrado da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Cabrobó, como uma medida tomada a partir da política metropolitana de Portugal de facilitar o trânsito das boiadas que desciam do interior para o litoral (Olinda e Salvador), bem como aldear os índios e garantir a civilização desses (nos moldes portugueses). Fato esse atestado, inclusive, pelos registros históricos que apontam a importância que Flores exerceu nos sertões de Pernambuco, Bahia, Paraíba, Ceará, Piauí e Maranhão como terra de passagens de boiadas com destino às cidades de Olinda e Salvador.

Já a outra definição diz respeito ao nome que deveria ser a nomenclatura oficial do município: Pajeú das Flores, encontrado em diversos registros históricos e que fora dado pelo fidalgo Domingos Afonso Mafrense (Sertão) nos idos do século XVII. Haja vista que a redução para Flores se constitui, sem sombra de dúvidas, uma tentativa de apagamento e/ou invisibilização da cultura, da história e das tradições desse contexto. Algo que inclusive reflete na falta de um museu que preserve o patrimônio histórico-cultural, assim como de um centro histórico investigativo municipal com a finalidade de preservar, produzir, manter, recuperar e assegurar a história da Mãe dos Sertões para as futuras gerações tanto do contexto florense quanto do Brasil a fora.

Cumprindo por fim salientar que as informações dessa pesquisa podem vir a contribuir para o enaltecimento da importância de Flores no contexto e cenário sertanejo e historiográfico atual. Portanto, somos muito gratos aos pesquisadores aqui citados, em especial ao Belarmino de Souza Neto, o homem que teve a coragem, de forma séria e, às vezes, até dura, de contar a história deste Município e sua importância para a compreensão e formação dos sertões de fora (SANTOS JÚNIOR, 2015), da Bahia, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão e se estendendo até Minas Gerais.

REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano de. Caminhos antigos e povoamento do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988. In: SANTOS JÚNIOR, Carlos Fernando dos. **Os Índios nos Vales do Pajeú e São Francisco**: historiografia, legislação, política indigenista e os povos indígenas no Sertão de Pernambuco (1801-1845). Dissertação de Mestrado UFPE. Recife: O Autor, 2015.

ALBUQUERQUE, Ulysses Lins de. **Um Sertanejo e o Sertão**. Moxotó brabo. Três Ribeiras; reminiscências e episódios do cotidiano no interior de Pernambuco. Ed. comemorativa do centenário de nascimento do autor. Belo Horizonte, Itatiaia, 1989.

ANDRADA, Aécio Flávio Vieira. **Flores da minha infância**: família, fatos, personagens, considerações. Olinda: Livro Rápido, 2011.

ARRAES, Damião Esdras Araújo. **Curral de reses, curral de almas**: urbanização do sertão nordestino entre os séculos XVII e XIX. Dissertação de mestrado. São Paulo: FAUUSP, 2012.

ARRAES, Damião Esdras Araújo. **Ecossistemas de um suposto silêncio**: Paisagens e urbanizações dos “certoens” do Norte, c. 1666-1820. Tese (Doutorado) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo: FAUUSP, 2017.

CAMPOS, Maria Stella Barros de Siqueira. **Flores, Campos, Barros e Carvalhos**. Olhando para o passado até onde a vista alcança. Recife: Comunicarte, 1999.

CAVALCANTI JUNIOR, Manoel Nunes. **O Egoísmo, a degradante vingança e o espírito de partido**: a história do predomínio liberal ao movimento regressista (Pernambuco, 1834 – 1837). Recife: O autor, 2015.

DICIONÁRIO TUPI-GUARANI. **ARACI/MOEMA**. [Dicionário tupi-guarani]. Disponível em: <https://www.dicionariotupiguarani.com.br/dicionario/araci/moema>. Acessado em: 17.fev.2021.

DINIZ, Caren. **Narradores nordestinos**: histórias do povo sobre Lampião e Antônio Conselheiro. UNIP/SP. São Paulo: Leia sempre, 2010.

FERNANDES, Almir de Albuquerque et. al. Caracterização dos sítios arqueológicos do município de Flores, Estado de Pernambuco. Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). **INTESA**. v. 5, n. 1, p.20-40, 2011.

FLORES. **Lei Orgânica do Município das Flores**. Câmara de Vereadores, 2019.
GOLDMAN, P. Searching For History in Organizational Theory: Comment on Kieser. **Organization Science**. V. 5, No. 4, 1994.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE-Cidades. **Custódia – Panorama**. Brasília: DF, 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE-Cidades. **Betânia – Panorama**. Brasília: DF, 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE-Cidades. **Flores – Histórico**. Brasília: DF, 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE-Cidades. **Floresta – História**. Brasília: DF, 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE-Cidades. **Ingazeira – História**. Brasília: DF, 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE-Cidades. **Quixaba – Histórico**. Brasília: DF, 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE-Cidades. **Santa Cruz da Baixa Verde – Histórico**. Brasília: DF, 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE-Cidades. **Calumbi – Histórico**. Brasília: DF, 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE-Cidades. **Flores – Panorama**. Brasília: DF, 2022.

LEONARDO, Miguel. **Noções Elementares da Pesquisa Científica**. Miguel Leonardo. 5ª ed. rev. atual. Serra Talhada: GDM Gráfica, 2012.

MACIEL, Frederico Bezerra. **Carnaíba**: a pérola do Pajeú. Frederico Bezerra Maciel. 2ª

edição. Recife: CEPE, 2019.

MELO, Mário; CAMPELO, Samuel; FIGUEREDO, Naassson. M. Ribeiro. Origem e povoação do arraial de N. S. da Conceição do Pajeú das Flores. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco**, V. XXXIII, 1933 – 1935, nº 155-158. Recife: Oficina Gráfica da Imprensa Oficial, 1935.

MORAES, Maria de Lourdes Albuquerque. **1913 – Reverência aos 100 anos de Antônio Luiz de Albuquerque**. Olinda: Livro Rápido, 2013.

NETO, Mocinha e Laura Rodrigues. **Um tempo em nossas vidas**. Memórias, vultos e acontecimentos da cidade de Flores. Olinda – PE: Editora Raiz, 1993.

SANTOS JÚNIOR, Carlos Fernando dos. **Os Índios nos Vales do Pajeú e São Francisco**: historiografia, legislação, política indigenista e os povos indígenas no Sertão de Pernambuco (1801-1845). Dissertação de Mestrado UFPE. Recife: O Autor, 2015.

SANTOS, José Ozildo dos et al. Sítios arqueológicos do município de Flores, Estado de Pernambuco. Informativo técnico do semiárido - ISSN - 2317-305x. Grupo Verde de Agroecologia e Abelhas. **INTESA**, v. 6, n. 1, p. 67-129, 2012.

SAUERBRONN, F. F.; FARIAS, A. **A Utilização do Método Histórico em Pesquisa Acadêmica de Marketing**. Anpad, 2006.

SILVA, Fabiano Ferreira. **Vestígios Históricos Sobre as Passagens do Cangaço em Flores – Pernambuco**. Monografia. Serra Talhada – PE: FAFOPST, 2015.

SOARES, Cristiano Emerson de Carvalho. **Pereiras e Carvalhos**: Uma História da Espacialização das Relações de Poder (Serra Talhada - PE). – Natal, RN, 2015.

SOBRINHO, Barbosa Lima. Capistrano de Abreu e o povoamento da Província de Pernambuco. **Revista do Instituto Arqueológico, histórico e Geográfico de Pernambuco – IAHGP**, v. 50, Recife, 1978.

SOUZA NETO, Belarmino de. **Flores do Pajeú: história e tradições**. Recife: Printer, 1999.

SOUZA NETO, Belarmino de. **Flores do Pajeú: história e tradições**. 2 ed., cor., ampl., rev. Recife: Printer 2004.

SUASSUNA, Ariano. **O Romance d'A Pedra do Reino e o príncipe do sangue do vai e volta**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1971.